

# Sem ajuste fiscal, PIB cairá 2,4% este ano.

JOCIMAR NASTARI/AE

O Produto Interno Bruto (PIB) poderá ter queda de 2,4%, este ano, caso o Congresso Nacional rejeite o ajuste fiscal proposto pelo governo. A previsão foi feita ontem pelo secretário Especial de Política Econômica, Roberto Macedo, na reunião do Conselho da República. Macedo disse ainda que o Governo trabalha com a estimativa de outra queda do PIB — de 2,6% — em 1992.

Ao longo da década, as perdas acumulariam um prejuízo de US\$ 530 bilhões. Mesmo que o Congresso aprove o ajuste fiscal, o secretário prevê que somente em 1993 o País terá dias melhores com o crescimento do PIB — da ordem de 0,61%. O secretário de Política Econômica explicou ainda que houve redução no volume e na qualidade dos investimentos.

## A volta da hiper

Mas o secretário não parou por aí e fez sérias ameaças de que, sem o ajuste fiscal, a ciranda financeira retornará. O governo seria obrigado a vender títulos públicos, a partir de 1992, para conseguir se financiar — o que traria de volta a hiperinflação. O secretário acrescentou também que a ausência do ajuste reduzirá ainda a margem para a retomada do crescimento econômico. Ele argumentou que o País não pode mais repetir os baixos índices de crescimento registrados na última década: se a economia brasileira mantivesse o ritmo de investimentos públicos e privados dos anos 70, o PIB (Produto Interno Bruto) poderia estar próximo de US\$ 1 trilhão, contra os US\$ 520 bilhões previstos para 1991.

O secretário tentou provar que todos os planos de ajuste econômico adotados nos últimos anos não atacaram o déficit público. Lembrou que o Emendão propõe

Macedo ameaça com hiper e volta da ciranda financeira, caso o Congresso não aprove o ajuste fiscal. Ele prevê ainda a queda do PIB até 1992. Mas se o ajuste for aprovado, o PIB terá crescimento em 93



LUIZ PRADO/AE

medidas de caráter estrutural para a eliminação do déficit e não ações conjunturais, como as adotadas por todos os pacotes anteriores.

O secretário explicou aos conselheiros que o superávit será propositalmente baixo dentro de dois anos (cerca de 0,61% do PIB), porque o ganho a ser gerado pela implementação do Emendão será canalizado para a retomada de investimentos em setores básicos, como educação, saúde e recuperação de estradas. Macedo revelou aos membros do Conselho que os gastos com a Previdência Social subirão explosivamente nos próximos anos. Já em 1992, as despesas nesta área serão equivalentes a 5% do PIB. "A criação da previdência privada, proposta pelo Emendão, mudaria este quadro", afirmou Roberto Macedo.